

ELEMENTOS DE CONSERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DAS PRIMEIRAS PRELAZIAS E DIOCESES BRASILEIRAS: DIAGNÓSTICO

Cristian José Oliveira Santos
Universidade de Brasília (UnB); Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Introdução

Antes do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, a produção documental no Brasil esteve atrelada às injunções do regime do Padroado, período marcado por uma estreita relação entre a Igreja e o poder civil. Isso fez com que os fundos documentais depositados nas prelações e dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornassem complemento importante às fontes de origem civil. Nas últimas décadas, o interesse pelos arquivos eclesiais tem aumentado principalmente pelo surgimento da História Nova, que prioriza os documentos arquivísticos produzidos em série por permitirem reconstruir a partir dos mais variados registros (livros de batizados, casamentos, óbitos e de irmandades) uma história preocupada em retratar grupos sociais que até então eram postos à margem pela história oficial.

A Fundação Histórica Tavera - FHT (2000) ressalta que, apesar dos arquivos eclesiais da América Latina, inclusive os do Brasil, conservarem uma valiosa documentação para o estudo da presença da Igreja no país e para o estudo da sociedade em diversos campos, inexistem políticas claras a respeito da conservação e acesso a essas fontes.

Neste sentido, este trabalho pretende identificar e diagnosticar os arquivos das prelações e dioceses brasileiras criadas anteriormente ao fim do regime do Padroado.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo descritivo-explicativo apresentado inicialmente como dissertação de mestrado no Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, no ano de 2005. O universo da pesquisa constituiu-se dos arquivos das jurisdições eclesiais de Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE), São Luís (MA), Belém (PA), São Paulo (SP), Mariana (MG), Goiás (GO), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS) e Diamantina (MG).

Como instrumento de coleta de dados foi elaborado questionário segundo a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), que foi enviado aos responsáveis pelos arquivos em questão. Os únicos que não nos enviaram resposta foram Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE) e Belém (PA). A partir das respostas elaboraram-se planilhas de análise, destacando os seguintes aspectos: instalações físicas; umidade e temperatura relativa; controle de pragas e fungos e medidas contra incêndio. Adotamos os relatórios do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2000) e da FHT como parâmetro de análise.

Resultados

a) Instalações físicas: 100% dos arquivos pesquisados funcionam em edifícios próprios, mas todos eles foram adaptados. Quanto ao espaço físico, cinco dos oito arquivos ocupam 50% ou mais de sua

área com a guarda de documentos, deixando livre uma pequena área para a realização das atividades administrativas e de atendimento ao público, o que contraria o disposto pelo CONARQ.

b) Umidade e temperatura relativa: nenhum dos arquivos em questão adota qualquer medida neste quesito. Esta situação é alarmante em virtude de estarmos tratando de documentos que, em sua maioria, são feitos de papel e com encadernações em couro que, durante séculos de vida nunca passaram por qualquer espécie de tratamento e higienização, o que faz com que em condições ambientais inadequadas ocorra o esfacelamento dos materiais orgânicos fibrosos ou o desenvolvimento de microorganismos.

c) Controle de pragas e fungos: apenas três dos oito arquivos adotam medidas de controle de pragas e fungos.

d) Medidas contra incêndio: apenas dois dos oito arquivos pesquisados não adotam qualquer medida contra incêndio.

Conclusões

A análise dos dados levantados permitiu-nos concluir que há uma ruptura entre o que expressa a Igreja Católica, especialmente por meio da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, e as práticas arquivísticas adotadas pelas dioceses brasileiras pesquisadas. Percebemos que a maior parte dos problemas atinentes ao armazenamento, ao controle de pragas e fungos, bem como ao controle de temperatura e umidade se deve ao descumprimento da lei canônica vigente e das propostas feitas pela citada Comissão.

Observamos por meio dos documentos emanados dos diversos dicastérios um grande respeito para com os projetos e iniciativas que tendem a valorizar e a proteger o patrimônio arquivístico da Igreja, mas isto não fica evidente quanto ao tratamento dos oito mais antigos arquivos eclesiais do Brasil.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. [20] p.

FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. **Los archivos de América Latina**. Madrid: Fundación MAPFRE TAVERA, 2000. 281 p. ISBN 84-89763-87-9.

E-mails do autor

cristian@stj.gov.br
lebibliothecaire@hotmail.com